Acordo Bilateral – União Europeia e Mercosul

[ATUALIZAÇÃO]

Um grupo de 29 investidores internacionais enviou, na segunda-feira (22/6), uma carta às embaixadas do Brasil nos EUA, no Reino Unido, na Holanda, França, Noruega e Suécia, solicitando reuniões com os embaixadores para discutir as políticas ambientais do Brasil. O grupo, integrado por fundos da Europa, dos EUA e da Ásia, controla mais de US$ 3,6 trilhões. É liderado pela norueguesa **Storebrand** e conta com o apoio de fundos como o **Legal and General Investment Management (LGIM)**, do Reino Unido, a **Sumitomo Mitsui Trust Asset Management**, do Japão, e o **NN Invesment Partners**, da Holanda.

Pela primeira vez na história, investidores pediram formalmente um diálogo com representantes do governo brasileiro sobre assuntos internos do Brasil. No ano passado, a maioria dos signatários da carta já haviam integrado um grupo maior, de 251 investidores, que expressou preocupação com a crise das queimadas na Amazônia.

"Queremos continuar investindo no Brasil e ajudar a mostrar que o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente não precisam ser mutuamente exclusivos. Portanto, instamos o governo do Brasil a demonstrar um claro compromisso com a eliminação do desmatamento e a proteção dos direitos dos povos indígenas".

A mensagem dos investidores internacionais é de que a postura do governo Bolsonaro em relação ao desmatamento e à proteção dos direitos humanos aumenta o "risco Brasil", potencializando a fuga de capital do país, que só entre fevereiro e abril deste ano totalizou uma perda de **US$ 11,8 bilhões** em ações e **US$ 18,7 bilhões** em títulos públicos, de acordo com o **Institute of International Finance**.

A preocupação dos investidores pode ter consequências para as exportações brasileiras. Dados levantados pela consultoria **Profundo**, da Holanda, revelam que só a carteira de investimentos da **Robeco**, um dos maiores grupos de investidores holandeses, inclui mais de

US$ 27 milhões em ações na brasileira Marfrig, que exporta 70% da sua produção de carne. Uma série de desinvestimentos desse porte poderiam afetar negativamente o agronegócio brasileiro, único setor em alta no PIB do primeiro trimestre de 2020. De janeiro a março de 2020, a parcela do PIB proveniente do agro totalizou cerca de **US$ 9 bilhões**. Em contrapartida, a **LGIM**, signatária da carta, têm **US$ 1,5 trilhão** em ativos sob gestão, com interesses nos ramos agrícola e pecuário, segundo a Profundo.

Conclusão: essa cobrança não ficará barata e será consistentemente cobrada durante o Acordo. Mesmo que **três países votem contra** o Acordo, ele ainda assim valerá e será implantado em toda a abrangência da União Europeia, porém os países que estão contestando mais, possuem forte influência sob outros temas, ou seja, é bem possível que o Acordo aconteça (possivelmente com atrasos), porém sendo aprovado, diversos outros setores serão afetados, como é o caso do agropecuário e as ações da Marfrig.